

Ata da Reunião do Conselho

ATA nº 247 da 211ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO

No dia três de dezembro de dois mil e catorze, com início às 13h30, no Auditório Luiz Antonio Bonato, localizado no 5º andar desta SETS, situado na Rua Pedro Ivo, nº 750, nesta Capital, com a presença dos(as) seguintes Conselheiros(as): Sônia Maria dos Santos (suplente) – SEPL; Ildemar Gorges (suplente) – FORÇA SINDICAL; Núncio Mannala (suplente) – SETS; Margaret Sbaraini (suplente) – SEED; Elizeu de Oliveira Freitas (suplente) – SESA; Roberto Luiz Hart Teixeira de Freitas (titular) – FEPASC; Denílson Pestana da Costa (titular) – NCST; Helder Eduardo Vicentini (suplente) – FACIAP; Klauss Dias Kuhnen (suplente) – FAEP; Jairo Correa Almeida (titular) – CTB; João Francisco Zafaneli Cubas (titular) – FECOMÉRCIO; Nircélio Zobot (titular) – SEDS/AFPR. Justificativas de ausência: Ernane Garcia Ferreira (titular) – CUT; Geasi Oliveira de Souza (titular) – FETRANSPAR. Convidados: José Maurino O. Martins (SETS/DETER); Soraia Cristina de Souza (SETS/Artesanato); Valéria Nitsche (SETS/PAA); Clarice Braga Farhat (SETS/DQP); Josiane A. de Souza Jatte (SETS/DQP); Renan de Oliveira Rodrigues (SETS/DIM); Angela de Fátima Grande Carstens (SETS/DIM); Luis Carlos Farias (SETS/DG); Olivia R. Scimeoni (SETS/AI); Thaís Scarpellini (SETS/AI); Sandro Gusso (SETS/AI); Marina Creplive (SETS/DETER); Sara R. Calixto (SETS/CET) e Aldameri Imthurm – Secretária Executiva dos Conselhos da SETS; realizou-se a 211ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho do Paraná, tendo como pauta: PAUTA 1. ABERTURA. 2. Informes. 3. Aprovação das Atas das Reuniões: Extraordinária de Outubro e das Ordinárias de Setembro e Outubro/2014. 4. Aprovação do Plano de Trabalho CP/SINE 2ª Etapa 2015. 5. Aprovação da demanda PRONATEC para o 1º semestre de 2015. 6. Assinatura da Resolução nº 333/2014 – Demanda PRONATEC para o 1º semestre de 2015. 7. Assinatura da Resolução nº 334 – Plano de Trabalho CP/SINE 2ª Etapa 2015. 8. Outros Assuntos. 9. Encerramento. 01 – Abertura. O Conselheiro Núncio (SETS/DERT) iniciou a reunião comunicando sobre o Projeto de Lei nº 519/2014 que extingue a Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária e dá outras providências. Núncio (SETS/DERT) agradeceu a presença de todos e fez a leitura dos informes. 2.0 – Informes. 1. Recebimento das justificativas de ausência dos seguintes conselheiros: Ernane Garcia Ferreira (CUT); Geasi Oliveira de Souza (FETRANSPAR). 2. Recebimento da Revista Fundos de Pensão nº 395 de novembro e dezembro de 2014. 3. Confirmação de recebimento do Ofício nº 018/2014-CET dos municípios de: Pérola do Oeste, Porto Amazonas e Palmeira. 4. Recebimento do Ofício nº 288/2014 – Prefeitura do Município de Porto Amazonas, em resposta ao Ofício nº 018/2014-CET. 5. Recebimento do Ofício nº 396/2014-PMP – Prefeitura do Município de Palmeira, em resposta ao Ofício nº 018/2014-CET. 6. Recebimento do Ofício nº 289/2013 – Prefeitura do Município de Pérola do Oeste em resposta ao Ofício nº 018/2014-CET. 3. Aprovação das Atas das Reuniões Extraordinária de Outubro e das Ordinárias de Setembro e Outubro/2014. O Conselheiro Núncio (SETS/DERT) apresentou as Atas para aprovação, sendo todas aprovadas. 4. Aprovação do Plano de Trabalho CP/SINE 2ª Etapa 2015. O servidor José Maurino (SETS/DETER) iniciou sua explanação, explicando as três etapas do Plano Plurianual da SETS. Na sequência, José Maurino (SETS/DETER) esclareceu como se daria a distribuição de recursos (ANEXO 1). José Maurino (SETS/DETER) relatou ao Conselho que o critério utilizado na distribuição dos recursos foi a manutenção da rede SINE no Paraná, pois a grande maioria das prefeituras dos municípios Paranaenses arcam com gastos além de suas responsabilidades, como a folha de pagamento dos funcionários das Agências, gastos com aluguel, contas de telefonia, luz, etc. Ele

esclareceu que esses gastos, a partir desse novo período, serão cobertos pelo Convênio. José Maurino (SETS/DETER) fez uma explanação mais detalhada sobre a distribuição dos recursos por unidade (ANEXO 2). O Conselheiro Helder (FACIAP) indagou se estes recursos já estão disponíveis. José Maurino (SETS/DETER) informou que ainda não, pois será necessário fechar a primeira etapa do referido Convênio. Helder (FACIAP) salientou que fez este questionamento devido a sua preocupação quanto ao município deixar de honrar algumas destas despesas, ocasionando a paralisação das agências, por falta de energia ou internet, uma vez que pode ocorrer o atraso do pagamento das parcelas seguintes do Convênio. Na sequência, o conselheiro perguntou se isto não seria um complicador ao projeto que estavam discutindo. José Maurino (SETS/DETER) explicou que é um complicador, mas que se trata de uma parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e que este volume de recurso que está sendo repassado é um sinal de que é interesse do Governo Federal reestruturar a política de emprego com o Sistema Único de Trabalho – SUT. O Conselheiro Klaus (FAEP) questionou se não é mais viável aplicar o recurso excedente em outra atividade, em vez de assumir uma despesa que os municípios estão honrando até o momento. José Maurino (SETS/DETER) ressaltou que o recurso a ser recebido dobrou de valor e que não há como gastar esse montante com os mesmos itens, sendo mais justo trazer para o Convênio, estes gastos excedentes, que as prefeituras estão pagando. O Conselheiro Nircélio (SEDS) colocou que algumas prefeituras bancam essas despesas e outras não, o que gera um tratamento desigual e essa abrangência do Convênio eliminaria este problema. O Conselheiro Jairo (CTB) pediu esclarecimentos sobre o item “limpeza e conservação”, observando que o mesmo não está distribuído entre as Agências. José Maurino (SETS/DETER) explicou que este item só é repassado a três Agências: Umuarama, Curitiba e União da Vitória. O Conselheiro Núncio (SETS/DETER) fez algumas considerações sobre o assunto. O Conselheiro Cubas (FECOMÉRCIO) perguntou qual seria o valor dos gastos que a SETS assumiria e que hoje são pagos pelas prefeituras. José Maurino (SETS/DETER) respondeu que não tem estes dados, mas que providenciará esse cálculo e disponibilizará aos Conselheiros. O Conselheiro Nircélio (SEDS) pediu informações sobre o valor da contrapartida e se este já está garantido. José Maurino (SETS/DETER) esclareceu que o valor da contrapartida está no orçamento para 2015. O Conselheiro Roberto (FEPASC) mencionou a extinção da SETS e a junção da pasta do Trabalho com a Secretaria da Família, observando que o Plano que está sendo discutido, cobre muitas despesas da SETS, mas se não existirá mais a Secretaria do Trabalho, pediu esclarecimentos de como funcionará a distribuição deste recurso. José Maurino (SETS/DETER) disse que não há nada oficial ainda, e que os recursos que estão detalhados na planilha distribuída aos Conselheiros são destinados às Agências e à SETS. Ele salientou ainda que o MTE e a Superintendência Estadual do Trabalho fiscalizam todos esses repasses. Roberto (FEPASC) lamentou a extinção da SETS, dizendo que a conquista deste recurso, foi uma luta de anos, enfatizando que agora seria o momento de fortalecer o Sistema Público do Trabalho e o Estado vem agindo na contramão de todo esse processo. Núncio (SETS/DETER) observou que pode ser deliberado pelo Conselho uma representação das três bancadas para dialogar com o Governador sobre o assunto. O Conselheiro Denílson (NCST) manifestou sua insatisfação quanto a extinção da SETS afirmando que o documento apresentado traz registros importantes. Ele mencionou que o problema do governo atual com a Secretaria, não é dinheiro, pois a contrapartida é apenas dez por cento (10%) do que a SETS vai gastar no Estado. Ressaltou ainda, que as políticas públicas de emprego e renda no Estado do Paraná não são feitas com o dinheiro do orçamento estadual, dado que 10% (dez por cento) é um valor irrisório. Denílson (NCST) disse que cada presidente de Federação, Central Sindical e até mesmo o Governador ou o Presidente da República tem determinadas prioridades em seu governo, concluindo que as políticas públicas do trabalho não são prioridades no Governo Beto Richa na sua

próxima gestão. Ele ressaltou que não será tudo igual, pois a SETS será agregada a uma outra Secretaria, a uma outra política pública; disse ainda, que esta é uma situação revoltante e é um equívoco do Governador, até porque é só olhar o orçamento da SETS: "a Secretaria nunca teve um orçamento decente que pudesse viabilizar a estrutura". O conselheiro lembrou ainda que o CET deixou de fazer inúmeras atividades pela falta de dinheiro. Denílson (NCST) observou que o Governador fez opções equivocadas durante seu último ano de mandato e acabou se complicando no decorrer desse processo. Ele afirmou que se houver esta mudança, as Centrais Sindicais, as Federações e o Mundo do Trabalho serão desprestigiados. Denilson disse ainda, que este governo não tem o mundo do trabalho como prioridade, e que, as políticas públicas desenvolvidas no Estado, estão sendo bancadas, exclusivamente, com dinheiro do Governo Federal. O conselheiro assegurou que houve aumento de receitas, pois a verba triplicou em três anos de mandato, mas este governo vem alegando que estava sendo boicotado pelo Governo Federal, ao longo de todo este período. Na sequência, José Maurino (SETS/DETER) apresentou aos Conselheiros uma terceira planilha (ANEXO 3) onde estão detalhados os itens e a distribuição dos recursos da primeira etapa do Plano. O Conselheiro Roberto (FEPASC) sugeriu que fosse constituída uma comissão para dialogar com o Governador antes da aprovação desse Plano. O Conselheiro Denílson (NCST) disse acreditar que será humanamente impossível falar com o Governador "de hoje para amanhã" e sugeriu que esta comissão aprove o Plano. Roberto (FEPASC) insistiu no registro de urgência desse encontro com o Governador. Klauss (FAEP) disse: "a leitura da fala do Conselheiro Roberto é muito simples, se o Plano não for assinado, não tem nada a ser encaminhado ao MTE, portanto não há dinheiro, aí é provável que o Governador queira ouvir o Conselho, porém, depois de assinado o Plano (...)". A Conselheira Sônia (SEPL) aventou a possibilidade de não se conseguir falar com o Governador. Núncio (SETS/DERT) sugeriu constituir esta comissão com a participação das três Bancadas representadas por Ildemar (FORÇA SINDICAL); Roberto (FEPASC) e Núncio (SETS). O Conselheiro Jairo (CTB) reforçou a fala da Conselheira Sônia (SEPL) perguntando qual será o próximo passo. Núncio (SETS/DERT) pediu que fosse mantida a assinatura do Plano e que o Conselho insistisse no diálogo com o Governador. Ildemar (FORÇA SINDICAL) disse: "sou favorável a aprovação do Plano, pois é apenas para seis meses, entretanto, se o Conselho se tornar apenas um representativo para trazer verba ao Estado, simplesmente devemos bloquear o restante do Plano". O Conselheiro Roberto (FEPASC) pediu que o seu nome fosse retirado da Comissão. O conselheiro Núncio (SETS/DERT) fez algumas observações sobre o assunto.

5. Aprovação da demanda PRONATEC para o 1º semestre de 2015. José Maurino (SETS/DETER) fez a apresentação da demanda PRONATEC (ANEXO 4). O Conselheiro Helder (FACIAP) questionou o senhor José Maurino (SETS/DETER) sobre as informações da demanda que vem dos municípios do interior, se esses dados devem vir com antecedência e se existe alguma regulamentação para que isso ocorra. José Maurino (SETS/DETER) disse que não há nenhuma norma quanto a isso e que o objetivo é retomar as caravanas da qualificação para que esses assuntos sejam discutidos nos municípios e para que se possam obter dados mais precisos. Helder (FACIAP) salientou que fez esse questionamento devido a solicitação do MTE vir sempre em cima da hora, ressaltando que deveria haver uma forma de deixar esse trabalho pronto. Núncio (SETS/DERT) indagou a Bancada Patronal sobre a substituição do Conselheiro Roberto (FEPASC) na Comissão. Cubas (FECOMÉRCIO) observou que levar essa comissão ao Governador com base na ideia do Conselheiro Roberto não tem sentido, mas que pode ser constituída sim, uma Comissão para conversar com o Governador sobre as demandas do CET. O conselheiro Núncio (SETS/DERT) colocou o item 5 para aprovação, sendo aprovado.

6. Assinatura da Resolução nº 333/2014 – Demanda PRONATEC para o 1º semestre de 2015.

7. Assinatura da Resolução nº 334 – Plano de Trabalho CP/SINE 2ª Etapa 2015. O Conselheiro Núncio (SETS/DERT) solicitou a secretária-

executiva Alda para que esta passasse a Resolução de aprovação do Plano para assinatura. Na sequência, se deu a assinatura das Resoluções nº 333/2014-CET – Demanda PRONATEC para o 1º semestre de 2015 e Resolução nº 334/2014-CET – Plano de Trabalho CP/CINE 2ª Etapa. 8. Outros Assuntos. Foi decidido que o calendário seria aprovado na próxima reunião do CET, marcada para a última quarta-feira do mês de fevereiro, tendo o recesso no mês de janeiro. 09. ENCERRAMENTO: O Conselheiro Núncio (SETS/DERT) agradeceu a todos pela presença, e deu por encerrada a 211ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho, da qual eu, Aldameri Imthurm, lavrei a presente ata. Curitiba, 03 de Dezembro de 2014.